



---

ONG com Status Consultivo Especial perante o Conselho Económico e Social da ONU

---

## **RELATÓRIO ANUAL**

### **Projeto “Núcleos Descentralizados de Assistência Judiciária do Município do Recife” Janeiro a Dezembro de 2007**

Através deste relatório apresentamos as atividades realizadas durante o ano de 2007, de acordo com o estabelecido no convênio do Projeto “Núcleos Descentralizados de Assistência Judiciária do Município do Recife”.

Atenciosamente,

Valdênia Brito  
Coordenação Colegiada

## SUMÁRIO

Introdução	
1. População atendida	04
1.1 Perfil da população atendida (sexo, idade, escolaridade, renda)	05
2. atendimentos realizados	12
2.1 Considerações sobre os atendimentos coletivos	14
2.2 Considerações sobre os encaminhamentos realizados	15
2.3 Considerações sobre Mediações de Conflito realizadas	18
3. Ações Judiciais	19
3.1 Situação dos processos antigos	19
3.2 Ações judiciais propostas em 2006	19
4. Outras atividades	20
4.1 Processo de formação	20
5. Considerações finais	21
6. Equipe	22

## INTRODUÇÃO

O presente relatório traz dados quantitativos e qualitativos a respeito das atividades realizadas pelo Projeto Justiça Cidadã durante o ano de 2007, período marcado pela opção em fortalecer o trabalho de Mediação Familiar e educação em Direitos.

Priorizou-se a formação da equipe para aprofundamento da ferramenta de Mediação e atividades de aproximação com a comunidade, tais como visitas a entidades e associações comunitárias, e a realização do I Encontro Direitos na Rua.

Ações judiciais só foram propostas para casos específicos definidos como “Emblemáticos”, ou aqueles pedidos de alimentos que trazem em seu bojo outras violações de direitos explícitas, como violência doméstica, discriminações de raça e/ou gênero, etc. O diferencial proposto pelo Projeto Justiça Cidadã, é que estas ações sejam fundamentadas nos princípios norteadores dos Direitos Humanos.

O relatório se estrutura com a apresentação e análise de dados quantitativos e qualitativos das atividades realizadas (atendimento direito individual e coletivo, audiências e mediações de conflito) e do perfil da população atendida.

### 1. POPULAÇÃO ATENDIDA

O que chamamos de “população atendida” refere-se àquelas pessoas que procuram os Núcleos de Assistência Judiciária da Cidade do Recife pela primeira vez e que são cadastradas. Isto significa que se refere a quem Solicita (Solicitante) alguma das ações realizadas pelos Núcleos (Mediação Familiar, Orientações Jurídicas, Ajuizamento de ação no Poder Judiciário quando for o caso). Esta informação é importante para que se compreendam os números, por exemplo, com relação a questão de gênero.

Em 2007, 2.714 (duas mil, setecentos e quatorze) pessoas procuraram pela primeira vez as ações oferecidas pelo Projeto Justiça Cidadã. Cada uma dessas pessoas pode ser

atendida diversas vezes pelo Projeto Justiça Cidadã, a depender de seu caso. Segue o perfil desse público.

## 1.1 PERFIL DA POPULAÇÃO QUE FORMA A DEMANDA DO PROJETO

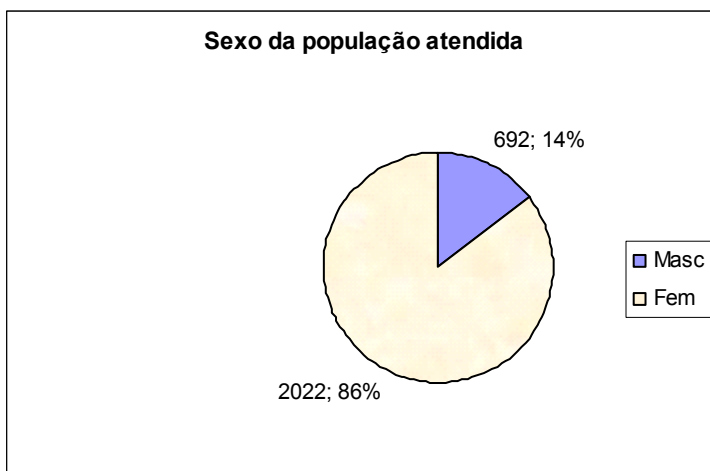
As mulheres continuam a compor a maior parte do público que busca os serviços dos núcleos, confirmando o perfil de anos anteriores. Das 2.714 pessoas atendidas, 2.022 são mulheres, representando 86% do público atendido. Na tabela 1, vemos que os três núcleos apresentam situação semelhante com relação ao sexo das pessoas usuárias dos Núcleos:

Tabela 1:

Sexo	Masc		Fem		Total N
	N	%	N	%	
<b>Caxangá</b>	175	14%	513	86%	738
<b>Ibura</b>	256	14%	1051	86%	1307
<b>Pina</b>	161	16%	458	84%	669

Resultado da média encontrada na soma dos números referentes a cada Núcleo, o Gráfico 1 apresenta a população atendida pelo Projeto Justiça Cidadã:

Gráfico 1:



Os dados sobre a idade também sugerem que as pessoas atendidas em 2007 têm o mesmo perfil encontrado nos anos anteriores. Conforme a tabela 2, nos três núcleos, aproximadamente 50% da população usuária está na faixa-etária que vai dos 22 aos 35 anos. Na Caxangá e no Ibura, outros 30% têm entre 36 e 49 anos, o que significa que nestes núcleos aproximadamente 80% das/os usuárias/os estão na idade adulta (22 a 50 anos). Já o Pina apresenta uma particularidade: 20% de seu público está na faixa-etária dos 18 aos 21 anos, apontando um público jovem.

Tabela 2:

	Até 18		18 - 21		22 - 35		36 - 49		50 - 60		Acima 60		Total N
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Caxangá</b>	0	0%	81	8%	327	49%	224	33%	84	9%	22	1%	738
<b>Ibura</b>	110	1%	159	10%	549	53%	334	29%	113	5%	42	1%	1307
<b>Pina</b>	68	5%	122	20%	245	51%	95	13%	75	7%	64	4%	669

Considerando o número geral (a soma dos três núcleos), a maior parte dos usuários tem entre 22 e 35 anos de idade. Em 2006, o maior número de pessoas atendidas também estava compreendido nessa faixa etária.

Os dados relativos à escolaridade também contribuem para delinear o perfil da população atendida. Conforme a tabela 3, não há grande diferença entre as pessoas atendidas nos três núcleos, confirmando mais uma vez que o Projeto Justiça Cidadã atinge um grupo de perfil semelhante nos três bairros que atua.

Tabela 3:

	Não alfabetiz		Alfabetiz		1° a 4° do 1° Grau		5° a 8° do 1° Grau		2° Grau incompleto		2° Grau completo		3° Grau Incompleto		3° Grau completo		Total N
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
<b>Caxan</b>	35	2%	44	2%	109	23%	156	41%	176	10%	108	19%	56	2%	54	2%	738
<b>Ibura</b>	65	2%	61	1%	326	30%	494	48%	142	10%	115	7%	53	1%	51	0%	1307
<b>Pina</b>	46	3%	59	6%	134	26%	169	30%	127	22%	78	11%	30	1%	26	0%	669
	146	2%	164	3%	569	28%	819	43%	445	13%	301	10%	139	1%	131	1%	2714

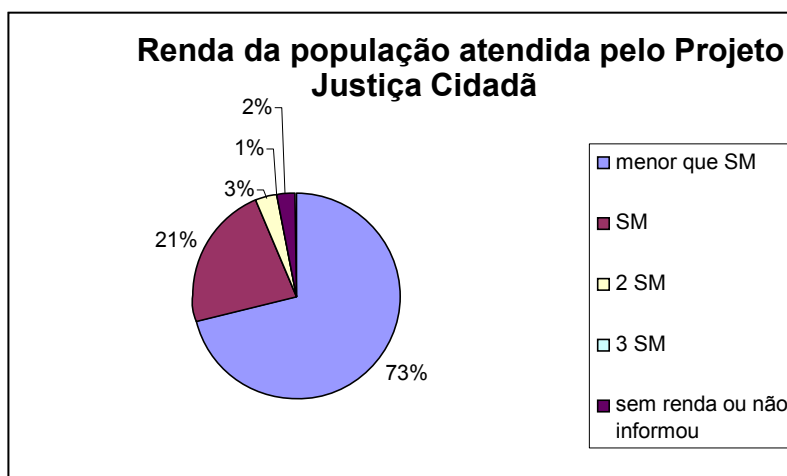
Lendo a tabela, observa-se que aproximadamente 40% do grupo atendido têm uma média de oito anos de estudo, 28% tem uma média de quatro anos de estudo e apenas 1% chegou a cursar o ensino superior.

Assim, a maioria da população atendida nos Núcleos acessou a educação formal até o ensino fundamental (1° a 8° série do ensino fundamental).

No que se refere à renda, a maior parte da população atendida nos três núcleos informaram que ganham menos de um salário mínimo (70% no Ibura e na Caxangá e 50% no Pina). No Pina, 14% da população atendida não informou renda (ou não possui renda).

Considerando o atendimento geral e fazendo a soma dos números obtidos nos três núcleos, temos a seguinte média: 71% das pessoas que procuram os Núcleos Descentralizados de Assistência Judiciária afirmam ter uma renda menor que o Salário Mínimo e 23% afirmam ganhar apenas um Salário Mínimo. Vejamos o Gráfico 2:

Gráfico 2:

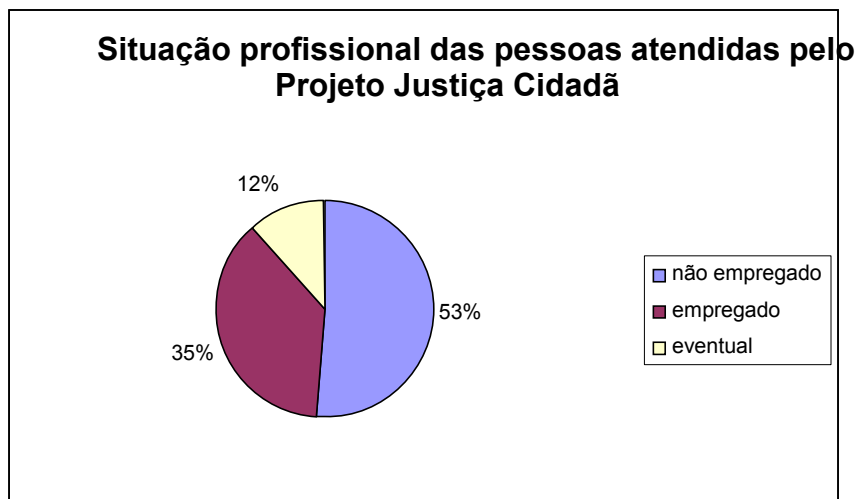


Importante reiterar que até 2007, o perfil refere-se apenas ao Solicitante, ou seja, a mulher em situação de vulnerabilidade social, em geral, do lar, que busca pensão alimentícia para seus filhos. Além da precariedade de vida das mulheres residentes das

periferias, deve-se também considerar que a situação concreta (pedido de pensão) faz com que muitas das solicitantes prefiram não responder a perguntas sobre renda. Se considerássemos o Perfil do Solicitado, a questão da renda teria alterações.

Para finalizar o perfil da população atendida, é importante observar sua situação profissional. Conforme demonstra o Gráfico 3, mais de 50% declarou-se não empregado ao procurar um dos núcleos:

Gráfico 3:

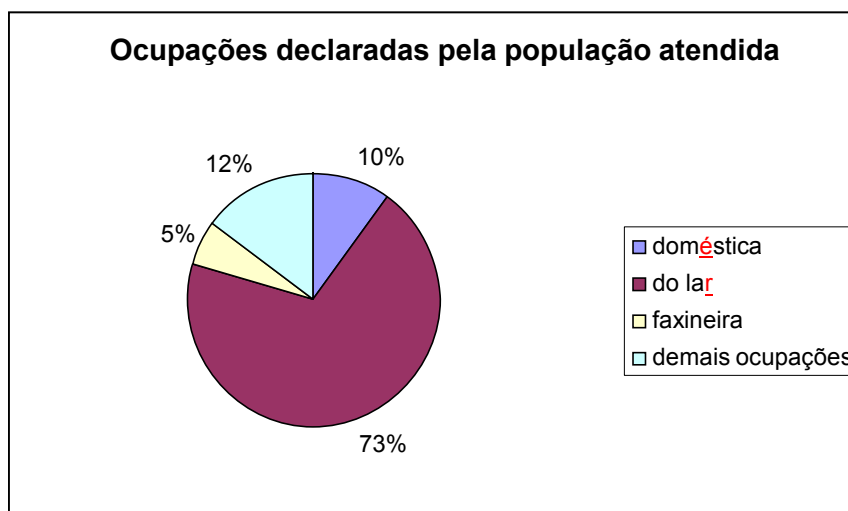


Este número é explicado, sobretudo, porque a maior parte das mulheres que procuram os núcleos são “donas de casa”, enquadrando-se na categoria conhecida como “do lar”. As donas de casa não são empregadas, apesar do árduo trabalho que enfrentam diariamente no cotidiano da casa e família.

Aproximadamente 70% das pessoas que procuraram os serviços se declaram “do lar”. Lembrando que 86% do público são femininos, isto significa que apenas 16% das mulheres que buscaram este serviço estão no mercado de trabalho, o que denuncia a insistente discriminação de gênero no mercado de trabalho de nosso país.

O Gráfico 4, ao trazer as ocupações mais declaradas no decorrer do ano, confirma esta situação:

Gráfico 4:



## 2. ATENDIMENTOS REALIZADOS

Em 2007, foram realizados aproximadamente **3.234** (três mil, duzentos e trinta e quatro) atendimentos referentes a uma média de **4.000** (quatro mil) pessoas atendidas.

A tabela 4 apresenta o atendimento de 2007 dividido por núcleo:

Tabela 4:

Atividade/Núcleo	Caxangá		Ibura		Pina		Total
	N	%	N	%	N	%	
<b>A. Inicial</b>	669	12%	1307	59%	738	25%	2714
<b>Retorno</b>	310	11%	1149	57%	100	25%	1659
<b>Total de atendimentos 2007</b>							<b>4373</b>

Conforme a tabela 4, tal como nos anos anteriores, o Núcleo do Ibura continua a se destacar como o que tem maior procura, sendo responsável por 59% do atendimento inicial e 57% dos retornos.

### 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO INICIAL

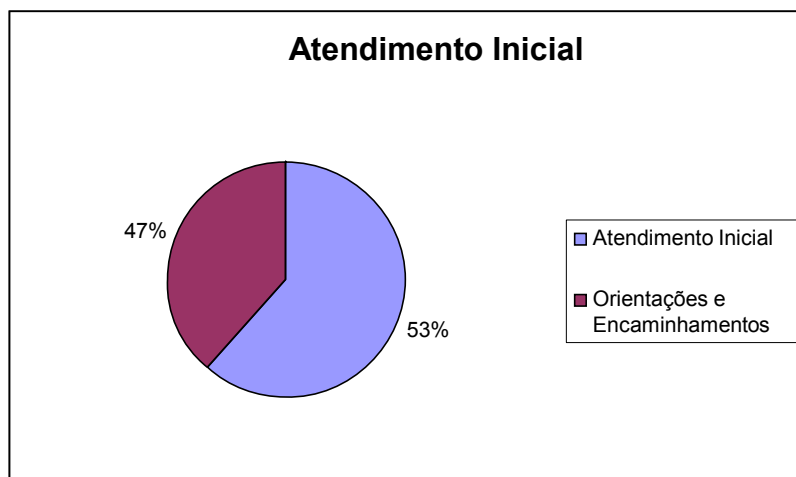
O “Atendimento Inicial” é o realizado diretamente com todas/os que procuram os núcleos pela primeira vez. Reiterando, em continuidade aos trabalhos desenvolvidos no ano anterior, durante 2007, o foco do Projeto continua no Direito de Família, questão de Alimentos.

Por conta disto, o atendimento inicial se divide em duas frentes:

1. Orientações, esclarecimentos sobre direitos e encaminhamentos para órgãos competentes para aquelas/es cujos casos não dizem respeito à questão alimentícia.
2. Atendimento Coletivo e/ou Individual para aquelas/es que buscam pensão alimentícia.

Vejamos no Gráfico 05 a porcentagem de cada uma dessas atividades em 2007:

Gráfico 05:

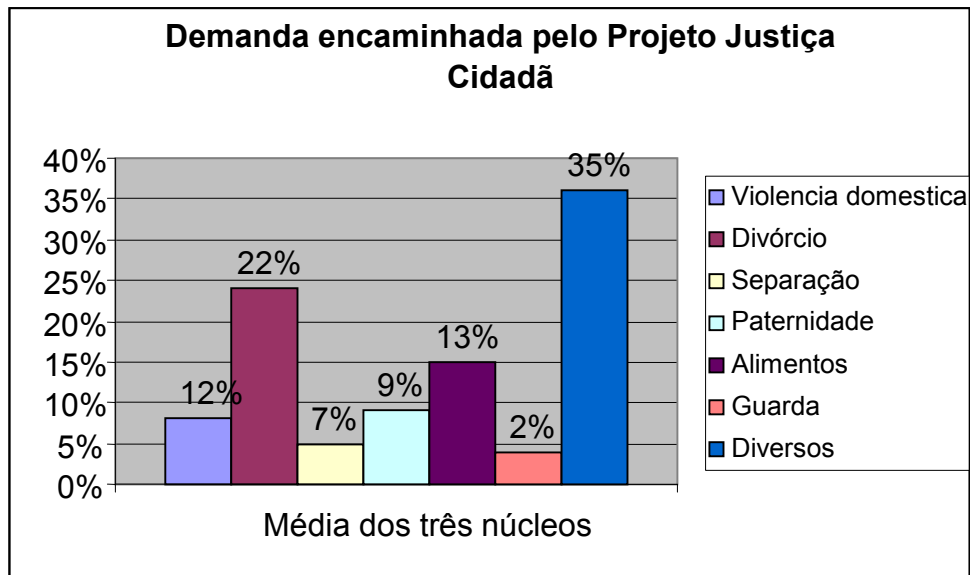


O Atendimento Inicial referente à Pensão Alimentícia em 2007 continua com uma demanda maior que as orientações e encaminhamentos.

## 2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS

Além da temática “alimentos” (que expressa a maior procura e por isso tornou-se foco do Projeto), há uma alta demanda pelas seguintes temáticas:

Gráfico 06:



Conforme o Gráfico 06 há uma grande demanda por ações de divórcio (encaminhadas para a defensoria quando não vêm acompanhadas de casos exemplares), de alimentos e investigação de paternidade.

Em “Diversos” estão encaminhamentos de Alvará, Curatela, Dissolução de União estável, retificação de registro, entre outros tantos assuntos que apresentam porcentagem baixa de vistos separadamente (em torno de 1 a 2%).

É importante notar que, a maioria dessas ocorrências são encaminhamentos para a Defensoria Pública do Estado. Alguns casos de guarda são enviados ao Ministério Público. “Contrato de locação” e outros assuntos de direito do consumidor seguem para o Juizado Especial de Pequenas Causas.

Em 2007 continuou alto o número de casos em que são identificados violência doméstica. O direcionamento continua sendo feito ao Centro de Referência Clarice Lispector, órgão da prefeitura. Com o Clarice, a parceria é de mão dupla: o Centro recebe encaminhamentos de violência doméstica para oferecer o atendimento ideal às

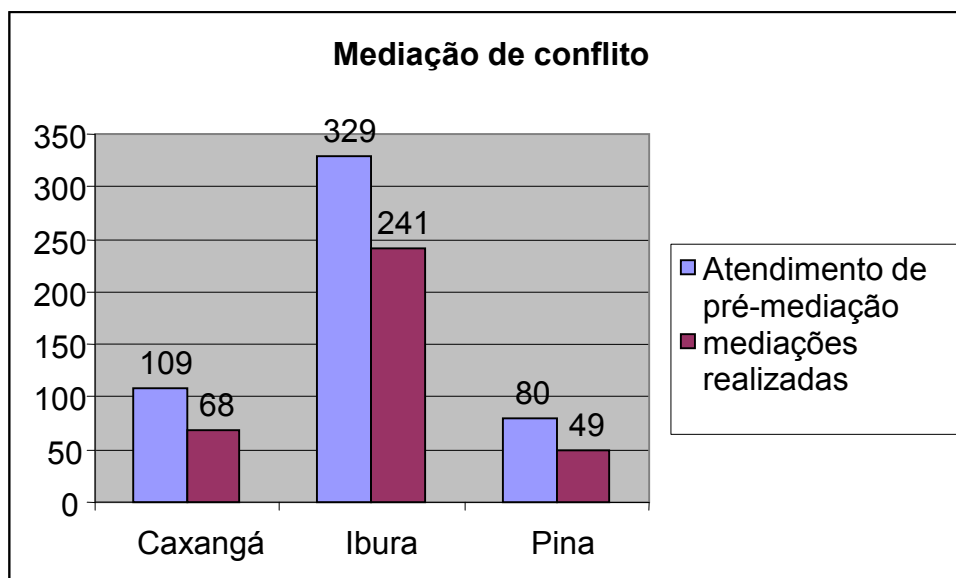
vítimas que aparecem nos Núcleos e, estes, por sua vez, priorizam casos vindos do Clarice para que se garanta a ação judicial em defesa dos direitos das vítimas.

## 2.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

Em 2006, o Projeto Justiça Cidadã optou por dar centralidade ao trabalho de Mediação Familiar, ou a chamada Mediação de Conflito com o corte nos assuntos de Família, sobretudo, na questão de Alimentos.

O Gráfico 07 apresenta os números relativos aos encontros que antecedem a mediação (pré-mediação) e às mediações realizadas. Os altos números referentes aos atendimentos de pré-mediação se explicam porque são formados por todos atendimentos preparatórios, mesmo que estes não tenham resultado em mediação.

Gráfico 07



Subtraindo da “pré-mediação” as mediações efetivadas, têm-se os seguintes números relativos a atendimentos que não resultaram mediação (ou que ainda estão pendentes): 41 na Caxangá, 88 no Ibura e 31 no Pina.

Estes números dizem respeito a casos que não saíram da fase preparatória, seja pelo não comparecimento de uma das partes ou das duas partes, ou que ainda estão em tramitação (agendadas para o próximo mês, aguardando algum documento, etc.).

Por fim, o mais importante é ressaltar a boa recepção da população por este mecanismo de acesso à justiça. Como já foi enfatizado, mesmo aquelas pessoas que se enquadram nos chamados “casos emblemáticos” tem dado preferência a mediação- o que expressa tanto o bom trabalho feito pela equipe quanto a descrença geral da população na justiça formal, já conhecida como lenta, patrimonialista e conservadora.

### **3. AÇÕES PROPOSTAS NO PODER JUDICIÁRIO**

#### **3.1 PROCESSOS ANTIGOS**

Em 2007, o Projeto Justiça Cidadã ainda contava aproximadamente 500 processos antigos em andamento, referentes, sobretudo, aos três primeiros anos de atividade. A ação nesta frente foi a de continuidade dos anos anteriores: advogados/as e estagiários/as indo constantemente ao Fórum para acompanhar tais processos.

O Projeto Justiça Cidadã se encontra frente aos problemas comuns de lentidão e até inoperância que qualquer cidadão enfrenta ao busca o Poder Judiciário.

#### **3.2 PROCESSOS INICIADOS EM 2007**

Conforme acordado, em 2007, estabeleceram-se critérios para o início de ações no poder judiciário. Atualmente, o instrumento oficial do Projeto é o mecanismo de Mediação Familiar, ou seja, um mecanismo extra-judicial de resolução de conflitos.

A proposição de ações na justiça só acontece quando o pedido por alimentos vem acompanhado de outras violações de direitos, como violência doméstica, discriminação de raça e gênero, ou casos específicos de pedidos envolvendo idosos, deficientes, abandono familiar, órfãos/ãs, etc.

As/os munícipes são informados desses critérios e os/as técnicos/as do Projeto sempre estão atentos para identificar tais “casos emblemáticos”. Ao contrário do que a própria equipe esperava a maior parte das pessoas não se identificam nos “casos emblemáticos”. Mais que isso, mesmo quando os/as técnicos/as identificam tais casos, os interessados têm preferido tentar a Mediação por conta da descrença da atuação do Judiciário, o que tem causado um dilema para a equipe (como proceder? Como sensibilizar a denúncia de violências sofridas?).

Além dos “casos emblemáticos”, o descumprimento reincidente de acordos realizados nos anos anteriores também justifica a entrada de processos na justiça. Mesmo assim, em 2007, o número de ações iniciadas é relativamente baixo, o que possibilita um atendimento de maior eficiência. O **Núcleo Ibura** foi o que propôs o maior número de ações, com um total de **49**; o **Núcleo Caxangá** deu entrada em **16** novos processos; e o **Núcleo Pina** propôs à justiça somente **08** ações em 2007.

## **4. OUTRAS ATIVIDADES**

### **4.1 PROCESSO DE FORMAÇÃO**

Em continuidade aos processos formativos dos anos anteriores, em 2007, a formação foi desenvolvida como atividades continuadas, através de:

1. Rodas de Diálogos (com a participação de profissionais ou especialistas externos) sobre os temas transversais à atuação do Projeto;
2. Participação da equipe em espaços formativos externos (Congressos, Encontros, Cursos);

3. Reuniões de equipe para discussão de casos trabalhados, para avaliações ou planejamentos;
4. Um Encontro sobre “Mediação e Direitos Humanos” com profissionais especialistas nas áreas.

Assim, a formação é pensada como Processo, e não como algo pontual e terminado. O seu objetivo é qualificar ainda mais o Projeto ao construir coletivamente referenciais políticos pedagógicos que orientem as ações. Em 2007, tivemos os seguintes momentos:

## **JANEIRO**

- ✓ 08 e 09 - avaliações com o Cenap.
- ✓ 26 e 27 - continuação do processo de avaliação com o Cenap.

## **FEVEREIRO**

- ✓ 02 - roda de diálogo com Luciano Oliveira sobre “Acesso à Justiça”.

## **MARÇO**

- ✓ 23 - roda de diálogo sobre “Paternidade Responsável” com Alexandre integrante do Papai.
- ✓ 30 - reunião de Equipe no Gajop para planejamento das ações do Projeto no ano de 2007.
- ✓ 16 - participação de Mariângela na apresentação da pesquisa sobre “Violência e saúde da Mulher” realizada pelo SOS Corpo e Faculdade de Medicina da USP.

## **ABRIL**

- ✓ 20 - roda de diálogo sobre “Experiências Nacionais em Mediação de Conflitos” com Carlos Autran, advogado do Projeto.
- ✓ Encontros (06) com comissão formada por técnicos dos núcleos trabalhando na reestruturação dos instrumentais para sistematização.

## **MAIO**

- ✓ 24 - participação de Ana Paula Inácio e Carlos Autran no Fórum de Diálogo sobre a Violência Contra a Mulher no Estado, pelo SOS Corpo.
- ✓ 25 - reunião de Equipe no Gajop para avaliação mensal.
- ✓ 26 e 27 - equipe participou do seminário realizado na UFPE pelo NAJUP sobre “Acessória Jurídica Popular e Mediação de Conflitos” onde foram realizadas palestras e oficinas sobre os temas.

## JUNHO

- ✓ 12 e 13 - participação da Equipe no curso “Direitos Humanos e Aids” realizado pela Gestos, na sede da OAB.

## JULHO

- ✓ 13 - reunião de Equipe com Valdênia Brito para informes e avaliação das práticas e disposições para o semestre.
- ✓ 23 e 24 - participação de Mariângela Ribeiro e Carlos Autran no I Encontro de Mediação Popular, em Salvador/BA.

## AGOSTO

- ✓ 20 a 24 - Participações de Ana Paula Inácio, Enaurí Galvão, Hermínia Martins e Rômulo Silva no Curso de extensão sobre “Direito e Relações de Gênero - A Aplicabilidade da Lei Maria da Penha”, realizado pela OAB e ESMAPE.
- ✓ 31 - reunião de Equipe para Planejamento da ação de mobilização das comunidades de entorno dos Núcleos do Pina e Caxangá.
- ✓ 02 a 05 - participação de Ana Paula Inácio e Mariângela Ribeiro no II Fórum Social Nordeste

## SETEMBRO

- ✓ 12 e 13 - reunião de preparação da Roda de Diálogo com os participantes do curso sobre a Lei Maria Penha.
- ✓ 13 - reunião da comissão (Mariângela, Ana Paula, Hermínia, Enaurí, Rômulo) para planejamento da Ação Direitos na Rua.
- ✓ 17 - visita de divulgação do Projeto no Procrio (Pina) por Mariângela e Ana Paula.
- ✓ 14 - apresentação do Projeto no Crass em Areias por Rômulo Silva advogado do Núcleo Caxangá.
- ✓ 25 - reunião de Mariângela com Luiza de Marillac (Fase) para proposta de formação da equipe.

## OUTUBRO

- ✓ O mês de outubro foi marcado por intensas atividades de sistematização da Ação Direitos na Rua. Toda a Equipe esteve envolvida nesse processo, participando de reuniões internas no Gajop, assim como, de reuniões com entidades que participaram do Evento.

## NOVEMBRO

- ✓ De 12 a 14 - Encontro de formação com Jayme Benvenuto sobre Direitos Humanos e Justiça e com Pedro Strozemberg e Carlos Eduardo Vasconcelos sobre “Mediação de Conflitos”.

- ✓ Reuniões para planejamento da ação de mobilização do evento Direitos na Rua.

## DEZEMBRO

- ✓ Dia 05 - Avaliação do Encontro Direitos na Rua
- ✓ Dia 14 - Avaliação do ano de 2007

## 4.2 ENCONTRO DIREITOS NA RUA

Uma nova ação foi realizada pelo Projeto Justiça Cidadã em 2007: o primeiro Encontro Direitos na Rua. A idéia é a de criar espaço para a informação/formação e discussão sobre direitos e deveres nas comunidades em que atua o Projeto.

A proposta é levar o direito para as ruas na tentativa de torná-lo mais que um texto somente acessado pelos “iniciados” (juristas); abrir canais de diálogo entre a formalidade jurídica e a realidade concreta das pessoas buscando:

1. criar espaços de troca de saberes entre as comunidades e profissionais/militantes no âmbito dos Direitos Humanos;
2. colocar em pauta discussões sobre direitos e deveres a partir da perspectiva de direitos humanos;
2. fomentar a mobilização e participação social.

A ação *Direitos na Rua* é pensada como espaço para difusão dos DDHH e pretende acontecer em parceria com diversas entidades da Sociedade Civil de Direitos Humanos e serviços governamentais.

Considerando o contexto brasileiro, sabemos da necessidade de políticas públicas “focadas” em vulnerabilidades reforçadas pelas desigualdades de classe, raça, gênero e geração. Neste sentido, esta ação pretende levantar discussões também focadas nos vários desafios da sociedade no que diz respeito à garantia de direitos de grupos vulneráveis (mulheres, minorias étnicas e/ou raciais, homossexuais, crianças e

adolescentes, idosos, etc.). Ou seja, a idéia é criar um espaço onde a comunidade terá orientações sobre direitos e deveres e sobre como e quando acessar tais direitos.

Considerando que o lazer também é um direito a ser assegurado, o evento também conta com apresentações culturais, música, dança, etc.

Partindo desses pressupostos, o I Encontro Direitos na Rua aconteceu na Comunidade do Pina, mais especificamente, no dia 01 de dezembro, na Escola Municipal Novo Pina. A meta para 2008 é a realização de pelo menos outros dois encontros (Ibura e Iputinga), cobrindo assim os três bairros de abrangência do Projeto.

Contou-se com a participação das seguintes instituições: OAB, Procon Municipal, Caps AD – Saúde, Centro GLBTs Leões do Norte, Centro de Referência Clarice Lispector, Gestos, A-Colher, Procriu e CRAS-6. Além disso, Ana Glória Melcop, do conduziu uma palestra sobre Redução de Danos, o Programa Educação para Cidadania

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dados apresentados, o perfil da população mostra-se uma constante nos 5 anos de realização do Projeto. Baseado no perfil da demanda e na receptividade das ferramentas extrajudiciais de resolução de conflitos, o ano de 2007 foi marcado pela opção de aprofundar as atividades de Mediação Familiar e de Educação para os Direitos Humanos - através da ação *Direitos na Rua*.

Durante o ano, muitos foram os encontros para repensar a prática do Projeto, muitas foram as tentativas para articulações com outras entidades que trabalham com temas transversais, muitas foram as visitas a associações e grupos comunitários para uma maior aproximação com a população e apropriação da realidade em que se atua.

Os números e informações apresentadas demonstram um período de consolidação do trabalho que já vem sendo realizado e uma preocupação do Projeto em qualificar cada vez mais a sua prática.

## **6. EQUIPE**

### **Coordenação de Monitoramento**

Valdênia Brito - GAJOP

### **Equipe Técnica**

Ana Lúcia dos Santos Silva  
Augusto César Albuquerque  
Alessandra de Lima e Silva  
Carlos Autran  
Enauri do Carmo de Assis Galvão  
Etiane Cristine de Oliveira  
Flávia Valença de Santa Cruz  
Luiza A. de Lima Alves de Cerqueira  
Marcia Rosas Leite Pereira  
Maria Hermínia Martins  
Mariângela Ribeiro de Almeida  
Marilene Gomes da Costa  
Mona Mirella Marques Rêgo  
Rômulo Silva Lopes Júnior  
Waldecira Maria de Lourdes dos Santos Vieira

### **Estagiários de Direito**

Ana Paula Inácio  
Daniele Ferreira  
Maíra Pontes  
Luis Gustavo Cordeiro